



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretaria-Executiva - SESEX

Departamento de Fundos e Investimentos - DFIN

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO FNDCT - CD/FNDCT
EXERCÍCIO DE 2023**

Pauta: 1. Abertura da Ministra Luciana Santos; 2. Política de Crédito Finep/FNDCT e Plano Anual de Investimentos (PAI) 2023 - Reembolsável (Discussão e Deliberação); 3. Apresentação do Calendário para Elaboração de Termos de Referência e Chamadas Públicas dos Programas Aprovados; 4. Referências para a Alocação Plurianual de Investimentos nos Programas do PAI 2023-2025 (Discussão e Deliberação); 5. Encaminhamento de Proposta de Distribuição dos Recursos do Orçamento do FNDCT entre Reembolsável e Não-Reembolsável; 6. Apresentação do MAG – Modelo de Avaliação Global do FNDCT; 7. Assuntos Gerais.

Participantes: Luciana Barbosa de Oliveira Santos, Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, Presidente do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CD/FNDCT; Luis Manuel Rebelo Fernandes, Secretário-Executivo do MCTI; **membros conselheiros:** Celso Pansera, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, titular; Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho, da Finep, suplente; Olival Freire Júnior, do CNPq, suplente; Mercedes Maria da Cunha Bustamante, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal - CAPES, titular, (Virtual); Felipe Augusto Machado, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço – MDIC, suplente, (Virtual); Leany Barreiro de Sousa Lemos, do Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, titular, (Virtual); Rui Chagas Mesquita, do Ministério da Defesa – MD, titular, (Virtual); Rafael Ramalho Dubeux, do Ministério da Fazenda, titular, (Virtual); Carina Vitral Costa, do Ministério da Fazenda, suplente; João Paulo Pieroni, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, suplente (Virtual); Clênio Nailto Pillon, da EMBRAPA, suplente, (Virtual); Aldo José Gorgatti Zarbin, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, titular; Ildeu de Castro Moreira, da SBPC, titular; Anderson Stevens Leonidas Gomes, da SBPC, titular; Jailson Bittencourt de Andrade, da ABC, suplente; Helena Bonciani Nader, da Academia Brasileira de Ciência - ABC, titular; Adalberto Luis Val, da ABC, suplente; Gianna Cardoso Sagazio, da Confederação Nacional da Indústria – CNI, suplente; Pedro Wongtschowski, da CNI, titular, (Virtual); Idenilza Miranda, da CNI, suplente, (Virtual); Débora Mendes Carvalho, da CNI, suplente; Quintino Marques Severo, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, titular, (Virtual); **convidados:** **pela SBPC:** Renato Janine Ribeiro, Presidente da SBPC; **pela Finep:** Fernando Peregrino, Chefe de Gabinete da Presidência; Elias Ramos, Diretor de Inovação; Hudney Antunes de Jesus, Superintendente de Controle Orçamentário e Financeiro do FNDCT; Marcio Stefanni de Moraes, Diretor Financeiro; Eduardo Coelho Maxnuck Soares, Gerente do Departamento de Articulação para a Inovação; Caetano Penna, Consultor; Edward Madureira Brasil, assessor; Mariana Fernandes Rodrigues; **pelo CONFAP:** Odir Antônio Dellagostin, Presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa - CONFAP; Fábio Guedes Gomes, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas - FAPEAL; João Pedro Monteiro; **pela EMBRAPA:** Maria Fátima Grossi de Sá, pesquisadora; **pelo CNI:** **Marcos Arcuri;** **pelo MD:** **Ilmar Victor Marinho Barbosa;** **pelo MCTI:** Márcia Cristina Bernardes Barbosa, Secretária de Políticas e Programas Estratégicos – SEPPE; Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda, Secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social – SEDES, Henrique de Oliveira Miguel, Secretário de Ciência e Tecnologia para Transferência (Substituto) – SETAD; Osório Coelho Guimarães Neto, Chefe de Gabinete Interino da SETEC; Leandro Pedron, Diretor do Departamento de Programas Temáticos – SEPPE/DEPTE; André Barreto; João Eduardo Sena; ASCOM; Rubens Diniz Tavares, Chefe de Gabinete da Ministra de Estado; Maria Luíza Rangel, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva; Raphael Padula, Diretor do Departamento de Fundos e Investimentos - DFIN; Giordano Almeida de Azevedo, Coordenador-Geral de Governança de Fundos – DFIN/CGGF; Márcia de Souza Godoi Alves, Assistente Técnica - DFIN/CGGF; Elenice Teresinha Thomas Carvalho, Assistente Técnica - DFIN/CGGF.

1. Abertura

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de julho de 2023, às 9h30, em reunião presencial no Salão Nobre do Setor de Tecnologia da Universidade Federal do Paraná, Centro Politécnico UFPR - Prédio da Administração, Av. Cel. Francisco H. dos Santos, 100 - Jardim das Américas, Curitiba – PR, e por meio de videoconferência, acessada pelo link: <https://conferenciaweb.rnp.br/mcti/mcti-cggf>, foi iniciada a 2ª Reunião Extraordinária do CD/FNDCT. O **Presidente da SBPC, professor e filósofo Renato Janine**, fez uma breve saudação inicial, agradeceu o fato da reunião do Conselho Diretor do FNDCT ocorrer em meio à 75ª Reunião Anual da SBPC e destacou o quão representativo era para a ciência brasileira. A **Ministra de Estado, Sra. Luciana Santos**, iniciou a reunião cumprimentando a todos, comemorou o simbolismo da reunião ocorrer em meio a um evento tão relevante para a ciência brasileira e ressaltou a sobriedade do trabalho que vem realizado em prol do desenvolvimento científico nacional. O Sr. Luis Fernandes agradeceu ao Presidente da SBPC e à Ministra e passou então a conduzir a reunião. Ato contínuo, pediu que a Finep apresentasse a política de crédito do FNDCT/Finep.

2. Apresentação da política de crédito Finep/FNDCT e Plano Anual de Investimentos (PAI) 2023 - Reembolsável (Discussão e Deliberação)

O Sr. Celso Pansera explicou o que são os recursos reembolsáveis do FNDCT e destacou a importância desses recursos no financiamento da pesquisa nacional para desenvolvimento científico e tecnológico em ICTs e empresas. Informou que o *“retorno de juros e a amortização feitos pela Finep, nos empréstimos contraídos, são uma fonte perene e estável de receitas para fundo”* e que esses juros pagos retroalimentam os recursos não reembolsáveis, ampliando a capacidade de fomento do fundo. Em seguida, explicou as diferentes linhas de crédito da Finep viabilizadas com os recursos do FNDCT, destacando as parcerias com as Fundações de Amparo à Pesquisa – FAPs, agências de fomento estaduais, BNDES e o Banco do Brasil, que permitem a expansão do acesso ao financiamento em PD&I. Informou que a Finep apoia projetos inovadores com foco em impacto econômico e geração de empregos. Reforçou a relevância dos Programas Orientados por Missões aprovados na última reunião, ressaltando a total aderência dos respectivos aos programas de governo, sobretudo na questão de equidade e do desenvolvimento social. Na sequência, explicou o processo de aprovação e liberação de recursos, indicando o plano da Finep de ampliação da captação de recursos por micro e pequenas empresas, associado a um fundo garantidor com o Sebrae. Por fim, informou que o risco dos financiamentos para o FNDCT é zero, uma vez que a Finep assume integralmente os riscos com recursos próprios. Informou que a inadimplência é muito baixa, algo em torno de 1.7%. (Anexo 1-Apresentação MCTI/FINEP doc. Sei nº 11574389).

2.1. Considerações e questionamento dos Conselheiros e Conselheiras:

i – A Sra. Helena Nader elogiou a apresentação esclarecedora feita pelo Presidente Celso Pansera. A manifestação foi acompanhada pelos conselheiros Pedro Wongtschowski, Anderson Stevens, João Pierone, Aldo Zarbin, Gianna Sagazio, Clênio Pillon.

ii – A Sra. Helena Nader sugeriu a publicação para a sociedade da viabilidade do financiamento pelas empresas inovadoras e do quanto ele pode impulsionar os negócios.

O Sr. Celso Pansera informou que esse é um esforço que vem sendo realizado em prol de promover e ampliar a marca Finep. Informou que a agência está montando uma licitação junto a empresas de comunicação, publicidade e eventos a fim de dar melhor visibilidade à marca em eventos e comunicar melhor com a sociedade sobre o que é o FNDCT e a Finep. Relatou que de fato é um desafio a ser enfrentado.

iii – O Sr. Pedro Wongtschowski e a Sra. Gianna Sagazio elogiaram a nova gestão da Finep e pediram esclarecimentos quanto a proposta de disponibilização de R\$ 3,7 bilhões, do montante de R\$ 5 bilhões previstos no PAI Reembolsável 2023, para pagamento de projetos antigos.

O Sr. Luis Fernandes esclareceu que os projetos de crédito aprovados pela Finep são plurianuais, com previsão de liberação de recursos para 3 anos, em sua maioria, mas que a captação de recursos é anual. Explicou que a Finep não opera com estoque orçamentário, tanto para o Não Reembolsável quanto para o Reembolsável, uma vez que os recursos não ficam estocados para posteriormente apoiar a empresa. afirmou que a Finep opera no fluxo, a cada ano, esclarecendo que na medida em que os recursos são captados, as propostas de crédito contratadas são pagas. Enfatizou ser natural que parte dos recursos operacionalizados seja de projetos contratados em anos anteriores e que isso é parte do fluxo normal de funcionamento da agência. Finalizou afirmando que considera fundamental entender que a lógica de operação é por fluxo, com captação anual, e apoio a projetos plurianuais. Isso explica por que predomina o pagamento de projetos contratados em anos anteriores.

iv – O Sr. Pedro Wongtschowski sugeriu uma classificação própria da Finep do que vem a ser considerado grande empresa, em função de considerar os dados apresentados inconsistentes.

O Sr. Celso Pansera respondeu que a classificação utilizada é a mesma do BNDES e do Banco Central. Mas considerou que há a possibilidade de elaborar uma tabela para empresas inovadoras, em parceria com a MEI e com a CNI, para tornar mais apropriada a classificação.

v – O Sr. Anderson Stevens questionou o quantitativo de professores e pessoas atuando nas universidades.

O Sr. Celso Pansera esclareceu que na apresentação foram destacados dados levantados a partir de 2010, mas que há uma contratação em andamento para que sejam avaliados outros contratos, de forma a tornar os números apresentados mais robustos.

vi – O Sr. João Pierone elogiou a convergência de atuação entre o BNDES e a Finep, exaltando a retomada do crédito na temática da inovação para o apoio ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

vii – O Sr. Aldo Zarkin sugeriu, como pré-requisito para o financiamento às empresas, que haja a contratação de doutores de forma permanente e não apenas para atuarem como bolsistas.

O Sr. Celso Pansera esclareceu que as ICTs possuem grande presença de mestres, doutores e pós doutores devido à natureza própria das entidades. Mas concordou que pode ser estabelecida uma política para a fixação de profissionais.

viii – O Sr. João Pierone, em vista da modificação recente na taxa remuneratória dos empréstimos contraídos pela Finep junto ao FNDCT, de TJLP para TR, questionou se seria possível alterar o custo financeiro dos contratos firmados.

O Sr. Celso Pansera respondeu que a decisão da diretoria da Finep é a de não reverter os contratos antigos para TR, e sim mantê-los até porque já havia sido feita equalização.

O Sr. Luis Fernandes informou a necessidade de haver uma negociação dentro do governo para transformar essa equalização embutida nesses contratos, em novos recursos de subvenção econômica que não precisem mais de equalização. Uma proposta seria ampliar os recursos de subvenção econômica para apoiar as empresas.

ix – A Sra. Gianna Sagazio sugeriu, como item da próxima reunião, que seja feita apresentação de quais recursos estarão comprometidos para os próximos exercícios, de modo que fique claro para o Conselho os impactos gerados com os recursos do fundo.

O Sr. Celso Pansera concordou com o pedido.

x – O Sr. Quintino Severo elogiou o reforço dos recursos para investimentos. Registrou que a decisão de repasse de recursos do CODEFAT, emprestados para a Ciência e Tecnologia, via BNDES, com a taxa TR, representa um grande estímulo para o Brasil voltar a pensar numa estratégia para a área científica, com investimentos capazes de atender as demandas do SNCTI. Registrou o apoio da CODEFAT a essa iniciativa.

O Sr. Luis Fernandes agradeceu o comentário e registrou o quão relevante é a diversificação de fontes de captação pela Finep. Acrescentou que captação de recursos do FAT, com apoio dos trabalhadores representados no CODEFAT, será muito importante para a diversificação das fontes de captação de crédito pela Finep.

xi – O Sr. Ildeu Moreira sugeriu que seja feita uma avaliação de impacto dos projetos financiados, que é também uma das incumbências do CD do FNDCT, de modo a verificar o resultado das inovações geradas, realizando comparação com as práticas internacionais, para saber como o mundo mede a intensidade da inovação.

O Sr. Celso Pansera informou que essa questão de avaliação de resultados está sendo tratada internamente pela Finep e que deverão elaborar um plano de ação para melhor avaliar o impacto das iniciativas e proporcionar maior visibilidade dos dados do apoio para as próximas reuniões do CD/FNDCT.

xiii - A Sra. Gianna Sagazio apresentou os seguintes questionamentos: *Como que a Finep enxerga a questão do apoio as startups de tecnologia? Como será esse estímulo? E como ficam as garantias?*

O Sr. Celso Pansera respondeu que o apoio às Startups vem sendo realizado, explicando que as FAPs fazem um aporte inicial e que Finep complementa os recursos de forma exponencial. Explicou que essa metodologia vem apresentando resultados positivos, podendo ser estendida para outros tipos de projetos. Registrou que a Finep estuda entrar com recursos próprios, o que poderia ser muito lucrativo e ao mesmo tempo promover a alavancagem de novas empresas. Afirmou que os parques tecnológicos também são um ponto de atenção para a Finep e para o BNDES e que estão fazendo uma reavaliação dos projetos apresentados com boa avaliação, mas não contemplados, para verificar a possibilidade de apoio pelo FNDCT. Acrescentou que esses parques tecnológicos são, em sua maioria, vinculados às universidades e às ICTs, dispo de enorme capacidade de empregabilidade em mão-de-obra qualificada e com capacidade de geração de novas empresas.

O Sr. Luis Fernandes manifestou-se no mesmo sentido, afirmando que o FNDCT, via Finep, opera com vários instrumentos de apoio às startups, como é caso da subvenção e dos investimentos, enquadrados nas categorias Não Reembolsável e Reembolsável.

2.2 Deliberação do Conselho Diretor do FNDCT

Após todos os questionamentos e dúvidas terem sido respondidos, o Sr. Luis Fernandes colocou em deliberação o Plano Anual de Investimento dos recursos Reembolsáveis de 2023, o qual foi aprovado por unanimidade.

3. Apresentação do Calendário para Elaboração de Termos de Referência e Chamadas Públicas dos Programas Aprovados

O Sr. Luis Fernandes apresentou proposta de cronograma, onde busca-se a conclusão dos termos de referência até o final de agosto de 2023 e o início do lançamento das chamadas públicas referentes a esses termos de referência a partir de setembro de 2023. Explicou que o lançamento dessas chamadas entre setembro e dezembro permitirá a execução dos recursos do FNDCT, previstos na LOA 2024, já a partir do início desse ano (2024). Registrou que a elaboração dos termos de referência já havia iniciado com os 2 Programas que possuem a maior parte dos recursos alocados: o Pró-Infra e o Mais Inovação. Quanto à elaboração dos termos de referência, registrou que o trabalho conta com a participação das agências de fomento e outros parceiros e que este trabalho deve estar concluído até o final de agosto.

Em seguida, o Sr. Luis Fernandes passou a palavra ao Sr. Caetano Penna para a apresentação dos subsídios que estão sendo propostos pelo MCTI, com a colaboração do CGEE, para os Programas Estruturantes e Mobilizadores do FNDCT, que se baseiam em Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação Orientadas por Missões. Iniciando sua apresentação, o Sr. Caetano Penna ressaltou a importância da ciência, tecnologia e inovação para resolver os desafios da sociedade. Comentou que a definição mais básica da política orientada por missão é a mobilização de conhecimento para resolver problemas específicos e explicou o conceito de políticas orientadas por missão, destacando três gerações: Desenvolvimento industrial sistêmico; Desafios de fronteira tecnológica; e Desafios societários. Elas abrangem várias áreas do governo, diferentes agências e combinam elementos da iniciativa privada e nessa caracterização cabem em muitos tipos de políticas. Informou que trabalhou junto com a professora Mariana Mazzucato elencando alguns critérios para definir missões, que incluem relações sociais, aspirações realistas, interdisciplinaridade, direção e múltiplas soluções, resultando na publicação da União Europeia, em 2018, do intitulado "Relatório Mazzucato". Explicou que dentro dessas 3 gerações, existem diferentes tipos de abordagem: Grandes estratégias, que seriam as missões que estão sendo discutidas e elaboradas no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial - CNDI, elas partem do núcleo de governo, são de longo prazo, muito ambiciosas e definem múltiplas áreas ou omissões; Programas baseados em desafios: programas temáticos, normalmente liderados por agências públicas como Finep, BNDES ou também por ministérios, e que tendem a ser mais focados, atuando em um prazo intermediário, acelerando a inovação e a comercialização de soluções; Programas baseados em ecossistemas: uma categoria ligada aos países escandinavos, principalmente a Suécia, em que a agenda de inovação e a definição das missões é delegada para a comunidade, para o ecossistema de interesse, que não entra no detalhe da meta e do prazo, demonstrando apenas uma visão. Ressaltou a experiência do Brasil com políticas orientadas por missão, incluindo exemplos como: Embraer, Proálcool e políticas de apoio ao SUS. Detalhou o processo de desenvolvimento de programas estruturantes e mobilizadores que vem sendo estabelecido por parceria entre a Finep, o CNPq e o MCTI, destacando a importância da combinação de recursos e capacidades, bem como a utilização do Modelo de Avaliação Global (MAG). Informou que o processo de trabalho começou com a oficina de planejamento em abril, resultando na portaria MCTI nº 6.998, de 10.05.2023, com os eixos estruturantes. Passou pelo desafio da definição dos 10 programas estruturantes e mobilizadores, e, no momento, o trabalho é o de enquadrar esses programas na abordagem de iniciativas orientadas por missões junto à Finep, CNPq e MCTI, com o auxílio da CNI, ABC e SBPC. Ressaltou que a próxima fase, que vai até o final de agosto, é elaborar os TRs em sentido mais amplo, o que permitirá que as ações sejam detalhadas no futuro, a partir de notas técnicas e estudos de diagnóstico, para definir indicadores, metas e prazos intermediários. Relatou que houve uma mudança na proposta, pois os indicadores virão depois dos termos de referência. (Anexo 2 – Caetano doc. Sei nº 11363260).

4. Referências para a Alocação Plurianual de Investimentos nos Programas do PAI 2023-2025 (Discussão e Deliberação)

O Sr. Luis Fernandes agradeceu a apresentação. Registrou que em um desdobramento da última reunião do Conselho Diretor, foi identificada a necessidade de detalhar a projeção utilizada para a formatação do planejamento plurianual do FNDCT. Salientou que na reunião anterior foram aprovados 10 Programas Estruturantes com a alocação dos Recursos Não Reembolsáveis para 2023 e que, para esta reunião, estava pautada a discussão sobre a alocação plurianual dos investimentos, consignando o entendimento de que essa pauta necessita ser tratada continuamente pelo Conselho Diretor. Reforçou a ideia de que o FNDCT opera no fluxo orçamentário para atendimento ao estoque de iniciativas aprovadas. Informou a possibilidade de elaboração dos termos de referência com a aplicação dos recursos de forma anual ou plurianual, com possibilidade de ir fazendo a formatação dos programas ano a ano, ou realocando os recursos entre os programas, baseado na demanda qualitativa apresentada nas chamadas. Na sequência, apresentou as Referências para a Alocação Plurianual de Investimentos nos Programas do PAI 2023 – 2025. (Anexo 3 – PAI Reembolsável doc. Sei nº 11223537).

4.1 Dúvidas e considerações dos Conselheiros e Conselheiras:

i – O Sr. Ildeu Moreira registrou a importância de que os recursos para a manutenção das Organizações Sociais estejam na PLOA 2024 do MCTI, para evitar a substituição de fontes com os recursos do FNDCT.

O Sr. Luis Fernandes respondeu que havia uma reunião marcada com a Ministra Simone Tebet para tratar o orçamento do MCTI e do FNDCT para 2024.

ii – A Sra. Leany Lemos questionou se há alguma intenção de alinhar a projeção plurianual do FNDCT alinhada com o PPA (médio prazo). Pontuou que a Secretária-Executiva da Casa Civil, Mirian Belchior, fez uma reunião com os Secretários-Executivos e os SPOA do Governo Federal, abordando o que fora validado no Fórum Interconselhos, que contou também com a participação da SBPC e ABC. Segundo ela, o PPA contará com um planejamento estratégico composto por 36 objetivos estratégicos e 66 indicadores-chave nacionais. Como terceiro ponto, citou o Programa 6, Política com Ciência, com um investimento trienal de R\$ 250 milhões, para informar que a Secretaria de Monitoramento e Avaliação do MPO desempenha, no governo, a função de avaliação de políticas públicas, de políticas de crédito, de subsídios, e que o fundo poderia lançar mão desse recurso, tanto no processo de planejamento quanto no processo de elaboração dos editais.

O Sr. Luis Fernandes esclareceu que o MCTI traduziu os eixos da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - ENCTI para dentro do PPA, indicando um processo de planejamento para o fundo. Explicou, no entanto, que a legislação do FNDCT só permite a alocação dos recursos até os 2 anos subsequentes, incluindo 2023, 2024 e 2025. Informou que em 2024 haverá a aprovação de um novo PAI com uma projeção para 2024, 2025 e 2026, que indica um processo de planejamento contínuo, porém limitado à alocação de recursos no horizonte de 3 anos. Registrou que, em perspectiva, podem ser apontados investimentos para mais anos, citando a Política de Nova Industrialização conduzida pelo CNDI, onde foi indicado um compromisso de 4 anos pelo FNDCT, refletindo uma projeção para além da alocação. Registrou que é do interesse do MCTI a participação da Secretaria de Monitoramento e Avaliação em todos os programas, principalmente o "Política com Ciência". A Sra. Leany Lemos defendeu a importância de uma projeção da previsão de alocação dos recursos do fundo no médio prazo para a próxima reunião.

iii – O Sr. Pedro Wongtschowski registrou que considera insuficiente o recurso próximo de R\$ 500 milhões, em um período trienal, para o Programa 4, Programa Integrado para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. No que diz respeito ao Programa 8, Programas de Apoio a Projetos Estratégicos Nacionais, ponderou que notou a ausência do Sirius na projeção trienal de alocação dos investimentos. Registrou que considera importante a conclusão do Sirius, que se encontra inacabado, com 4 linhas de luz em funcionamento de um total de 14 previstas, ao invés de iniciar outros projetos de grande porte como o RMB e o NB4.

O Sr. Luis Fernandes respondeu que as fronteiras entre esses programas são artificiais, uma vez que há conexão entre vários desses programas, como, por exemplo, a existência de conexão entre o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, o Programa Pró Infra e o Programa Mais Inovação, que possibilitam, em conjunto, recursos mais robustos para a região amazônica. Em relação ao Sirius, afirmou que é um projeto estratégico, incluído no PAC, que não foi incluído na projeção porque ainda está em discussão, no Governo, se ele será incluído no orçamento do MCTI ou do FNDCT. Em relação ao NB4, informou que o projeto foi levado para discussão no âmbito do PAC, e que será uma ação conjunta entre o MCTI e o Ministério da Saúde, uma vez que existem 2 projetos de Laboratório NB4 sendo tocados em paralelo pelo Governo Brasileiro. Por fim, explicou que essa é uma alocação inicial entre os programas que poderá ser revisada em 2024, em reunião do Conselho Diretor, a partir da demanda qualificada apresentada nos editais lançados, permitindo um planejamento plurianual flexível.

iv – A Sra. Helena Nader levantou dúvidas quanto à segurança das instalações e localização do CNPEM para receber um laboratório NB4 e questionou como será o acesso às instalações do CNPEM por cientistas que não estejam envolvidos com esse aparelho científico.

O Sr. Luis Fernandes agradeceu a preocupação e assegurou que haverá um encaminhamento correto para promover os esclarecimentos necessários quanto aos aspectos de segurança biológica das instalações, reforçado pela participação Ministério da Saúde. Reforçou que as atividades do laboratório têm que transcorrer sem prejuízo às demais atividades de pesquisa já desenvolvidas no CNPEM.

v - O Sr. Olival sugeriu que essa temática da segurança e organização da NB4 fosse levada ao crivo do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, sob o comando do Presidente da República. Reforçou a necessidade de designação de uma comissão com a finalidade de examinar a situação com maior propriedade e posteriormente fornecer um parecer à Presidência sobre a melhor gestão do laboratório NB4. Reforçou que a implantação do laboratório NB4 requer um olhar mais criterioso em função das recomendações e alertas emitidos por alguns cientistas e pesquisadores.

O Sr. Luis Fernandes assegurou que todas as contribuições serão levadas em consideração e encaminhadas com a devida atenção.

4.2 Deliberação do Conselho Diretor do FNDCT

Após todos os questionamentos e dúvidas terem sido respondidos, o Sr. Luis Fernandes colocou em deliberação a Referências para a Alocação Plurianual de Investimentos nos Programas do PAI 2023-2025, o qual foi aprovado por unanimidade.

5. Encaminhamento de Proposta de Distribuição dos Recursos do Orçamento do FNDCT entre Reembolsável e Não-Reembolsável

O Sr. Luis Fernandes apresentou uma proposta de escalonamento progressivo da distribuição dos recursos Não Reembolsáveis e dos Reembolsáveis, atualmente em 50% e 50%; para 60% e 40% em 2024; 70% e 30% em 2025; 80% e 20% em 2026, respectivamente. Registrou que não se tratava de deliberação.

5.1 Dúvidas e considerações dos Conselheiros e Conselheiras:

i - O Sr. Celso Pansera ponderou que a distribuição dos recursos em 60% para não-reembolsável e 40% para reembolsável seria razoável para negociação com o Ministério do Planejamento, especialmente tendo em vista que o governo havia recomposto o orçamento do FNDCT em 2023 e reduzido a taxa de juros para projetos de inovação. Nesse contexto, seria plausível apresentar uma proposta mais viável de implementação.

ii - O Sr. Pedro Wongtschowski concordou com as considerações do Sr. Celso Pansera. Além disso, demandou estudo da Finep quanto à estimativa de impacto em relação à atual realidade da demanda por crédito da Finep.

iii - O Sr. Aldo Zarkin, falando em nome da comunidade científica, no momento à reunião representada por seus seis membros, registrou adequado o escalonamento da ampliação dos recursos não reembolsáveis, mas encaminhou a proposta para que a relação de distribuição dos recursos em 2024 seja de 65% / 35%, em favor dos recursos não reembolsáveis, ressaltando a necessidade de reconstrução do SNCTI.

iv - O Sr. Ildeu Moreira fez coro com a fala do Sr. Aldo Zarkin e consignou que a comunidade científica defende um escalonamento mais acelerado, chegando à proporção histórica de 75% / 25%, em favor dos recursos não reembolsáveis, pela importância dos recursos não reembolsáveis para o sistema de CT&I e também como uma forma de posicionamento político de valorização da pesquisa.

v - O Sr. Jailson Andrade reforçou a necessidade de recuperação, de forma acelerada, da capacidade instalada do SNCTI.

vi - O Sr. Ildeu Moreira enfatizou que configura entre as competências do Conselho Diretor decidir sobre o valor percentual, segundo a Lei nº 11.540, e argumentou a relevância da discussão e deliberação acerca desse tema. Informou que quando se trata de PLOA, o governo vem decidindo temáticas cujas atribuições são descritas na Lei do FNDCT, indicando a necessidade de seguir uma ordem lógica de ações. Defendeu que a deliberação e aprovação inicial deve ocorrer no âmbito do CD/FNDCT para o efetivo cumprimento da norma, de modo que, posteriormente, o Ministério proponha o debate junto às entidades do governo. Por fim, registrou que a proposta pode ser apoiada ou não, a depender do entendimento político de governo cuja competência é do poder executivo. Mas reforçou ser necessário um alinhamento no sentido de se fazer cumprir o previsto na norma legal.

O Sr. Luis Fernandes respondeu que o governo ficou na expectativa da aprovação do novo Marco Fiscal pelas casas do Congresso Nacional acerca de matéria que trata da isenção da função de ciência e tecnologia para além do FNDCT. Informou, contudo, que a matéria não foi deliberada e em decorrência desse atraso, os limites não foram repassados para os ministérios. Propôs, então, que essa discussão fosse realizada em 2 tempos: iniciasse na reunião atual, trazendo para o debate algumas possibilidades e, após o fechamento da primeira proposta de orçamento, na próxima reunião de outubro, a proposta de escalonamento de percentuais entre reembolsáveis e não reembolsáveis fosse submetida a deliberação e aprovação. Informou que no dia seguinte à reunião estava agendada uma reunião com a Ministra do Planejamento. Mas que, de fato, ainda não havia uma proposta inicial de limite para o Ministério e para o próprio FNDCT. Ressaltou que outro ponto consensual das discussões é quanto ao cronograma de longo prazo. Porém, quanto ao valor percentual, informou que a Finep realizará um estudo de modo a proporcionar uma projeção sobre o potencial de demanda e de diversificação de Fontes de Captação de recursos para crédito, o que será apresentado ao Conselho. Por fim, reconheceu que, a despeito do debate envolvendo o escalonamento de recursos em um cronograma de longo prazo, a proposta seria apresentada ao Ministério do Planejamento sem ter sido deliberada, apenas como uma indicação de escalonamento. Reforçou, porém, que essa proposta surgiu com a força da representação da área acadêmica, a qual será defendida na reunião com o planejamento.

6. Apresentação do MAG – Mecanismo de Avaliação Global

Em virtude da participativa discussão dos tópicos da pauta e do avançar do horário dos trabalhos, o Sr. Celso Pansera sugeriu que a apresentação do MAG fosse retirada da pauta e incluída na próxima reunião. Sugestão que foi acatada por todos os conselheiros presentes.

7. Conclusão

Sem nada mais a tratar, o Sr. Luis Fernandes agradeceu a ativa participação das conselheiras e conselheiros e encerrou a reunião.

LUIS MANUEL REBELO FERNANDES
Presidente do Conselho Diretor do FNDCT - Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Luis Manuel Rebelo Fernandes**, **Secretário-Executivo**, em 20/12/2023, às 20:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **11574176** e o código CRC **21376F6A**.